

-----**Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão levada a efeito aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e três**

-----Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e três, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia;-----

---- 2-Apreciação do Relatório de Actividades e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão referente ao Ano de 2002;-----

---- 3-Proposta de atribuição de Medalha de Honra do Município (Oiro), á Sociedade Filarmónica de Educação e Beneficência de Fratel, pela comemoração do seu 1º Centenário;-----

---- 4-Informação da Srª Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro;-----

---- 5-Outros assuntos de interesse para o Município;-----

---- 6-Período de intervenção nos termos do artº 19º do regimento.-

---- O sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros presentes, verificando-se a falta da srª Olímpia do Carmo Ferreira Mendes, que justificou por escrito a sua falta e do sr. presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão.-----

---- De seguida foi dado conhecimento da correspondência recebida, ficando à disposição dos presentes, para consulta.-----

---- Procedeu-se de seguida à leitura da Acta da sessão ordinária realizada em 28 de Fevereiro de 2003, finda a qual foi esta posta à votação, sendo aprovada por maioria com uma abstenção.-----

-----Seguidamente deu-se inicio aos pontos de trabalho constantes

da Convocatória.-----

---- **1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:**-----

---- O sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunica a intenção de realizar a próxima sessão ordinária desta Assembleia, em Sarnadas de Ródão, tendo a concordância dos membros presentes.-----

---- O sr. Presidente da Assembleia, comunica que a Câmara Municipal, na pessoa da sua Presidente, solicita a inclusão neste ponto, da proposta de nomeação do Conselho Municipal de Educação, solicitando em seguida á sr^a. Presidente, um esclarecimento sobre este assunto.-----

---- A sr^a Presidente da Câmara, esclarece que a nomeação do Conselho Municipal de Educação, prende-se com o facto da entrada em vigor de nova legislação, já emitida por este governo e que estabelece prazos muito apertados, tendo esta autarquia e apesar de alguns atrasos alheios a esta, envidado esforços para os cumprir, como tal foi hoje mesmo presente a reunião da Câmara Municipal a nomeação deste Conselho, que conforme está legislado, a remeteu a esta sessão da Assembleia Municipal. De seguida e esclarecendo que alguns dos nomeados, o são porque representam as próprias instituições, passou a ler o nome e respectiva representação, dos elementos efectivos e substitutos, que a seguir se transcreve:-----

---- Representantes efectivos:-----

---- Maria do Carmo Sequeira - Presidente da Câmara Municipal (Presidente);-----

---- Joaquim Conceição Lopes - Presidente da Assembleia Municipal;-----

---- Fernando Pires Carmona - Vereador responsável pela Educação;-----

---- Maria de Lurdes Cró - Directora Regional de Educação;-----

---- Carlos Manuel Pires da Silva - Representante do Pessoal Docente do

Ensino Básico Público;-----
---- Maria Lucinda Sobreira Gomes - Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar Pública;-----
---- Luis Manuel Dias Figueiredo Mota e Manuel dos Santos Aparício - Representantes da Associação de Pais e Encarregados de Educação;---
---- José Manuel Batista Rodrigues - Representante da Santa Casa da Misericórdia;-----
---- Olga Maria Ribeiro Gonçalves - Representante da Sociedade Filarmónica de Educação e Beneficência Fratelense;-----
---- Preciosa Santos Silva - Representante do Centro de Saúde;-----
---- João Miguel Ribeiro de Brito - Representante das Forças de Segurança (GNR);-----
---- Representantes substitutos:-----
---- Maria Clara Moreira - Direcção Regional de Educação do Centro;-----
---- Maria Paula Silva L. Pires - Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar Pública;-----
---- Luis Miguel Antunes Costa - Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público;-----
---- Comandante ou Adjunto do Posto Territorial de Vila Velha de Ródão da GNR - Representante das Forças de Segurança.-----
---- O sr. Presidente da Assembleia comenta o facto deste órgão ter recebido da parte do Sindicato dos Professores da Região Centro, um ofício sobre este assunto e do qual foi enviada cópia a todos os membros, facto que gostaria de por à discussão nesta Assembleia.-----
---- A sr^a Presidente, intervêm, afirmando que sobre este assunto pode esclarecer esta Assembleia, pois tem conhecimento da situação e já foi esclarecida pela própria Escola. Continua, esclarecendo

que as Escolas não concordavam com o que estava legislado, pelo que entendiam que os professores não deveriam ser nomeados, mas sim eleitos, assim sendo, os sindicatos dos professores solicitavam às câmaras municipais, que não aceitassem os nomes dos professores que viessem indicados pelas Direcções Regionais, caso estes não fossem indicados pelos próprios docentes dos respectivos estabelecimentos de ensino. Só que a única coisa que a câmara municipal pode fazer, é acreditar que a atitude dos sindicatos fosse tomada em conta e que os nomes indicados pela Direcção Regional, são o de professores eleitos, não podendo esta autarquia interferir neste assunto e se os professores entenderem que alguma coisa não está correcta, terão que o resolver entre eles, tendo a comunicação dos sindicatos aos órgãos das autarquias servido apenas para sensibilizar estes para o problema.-----

---- Á questão do sr. Álvaro Mendes, se a legislação referia algo sobre este assunto, a sr^a Presidente responde que não, que apenas se refere à composição do Conselho Municipal de Educação e simultaneamente da Carta Escolar, sendo este um documento que tem que ser elaborado tendo em conta já a constituição do Conselho Municipal, mas o problema e urgência da constituição deste Conselho e o ter que ser aprovado muito rapidamente, prende-se com o facto de que uma das suas atribuições é a aprovação da rede dos transportes escolares que é um assunto que esta câmara tem que tratar com alguma urgência. No que respeita à Carta Escolar, a sr^a Presidente, informa que esteve presente numa reunião realizada em Castelo Branco, com a Dr^a. Lurdes Cró e representantes das autarquias, uma vez que a elaboração da Carta Escolar é da responsabilidade das autarquias e como esta acarreta despesas, a sr^a Presidente questionou a Dr^a Lurdes Cró se como esta câmara tem

um protocolo com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, poderia ao abrigo deste, fazer a elaboração da Carta Escolar, mas com a certeza de que iria receber a mesma percentagem que fosse atribuída a outras câmaras que mandassem efectuar este documento a outras instituições, ao que a Dr^a Lurdes Cró disse que não, que a única coisa que a DREC disponibilizava era os técnicos que a autarquia precisasse. Entretanto veio uma informação para as câmaras municipais a comunicar que a final a DREC iria participar, como estava previsto no início, a elaboração da Carta Escolar, visto que implica custos com os técnicos das várias áreas abrangidas para a elaboração desta.-----

---- O sr^a Álvaro Mendes, questiona se existe mais alguma informação adicional, sobre o assunto do Loteamento do Barreiro, em Sarnadas de Ródão, assunto aliás que foi aqui focado na última sessão desta Assembleia.-----

---- A sr^a Presidente, responde que teve uma conversa com o loteador, no sentido de explicar o que tinha que ser feito e que dependia das pessoas de Sarnadas de Ródão, a resolução do problema. Acontece que a comissão que em determinada altura foi nomeada, não pode exercer as suas funções, uma vez que já caducou o tempo que tinha para exercer essas mesmas funções, mas o problema tem que ser resolvido de qualquer forma, até porque foi combinado dar um prazo de 30 dias para solucionar este problema, prazo esse que já passou, e hoje mesmo, todos os membros da câmara municipal, lamentando a situação, concordaram em accionar o processo e enviá-lo para Tribunal. Entretanto já falou com o membro da Assembleia que demonstrou interesse na resolução deste problema, no sentido de tentarem ainda resolver esta questão, porque neste momento a situação é de tal maneira grave, que mesmo que este problema não

surgisse, não havia nenhuma comissão a quem entregar os lotes para se poder tratar desta situação.-----

---- O sr. Presidente da Assembleia Municipal, coloca á votação a aprovação do Concelho Municipal de Educação, o qual foi aprovado por maioria com três abstenções e um voto contra.-----

---- O srº Fernando Roma, em declaração de voto, justifica que votou contra por não ter garantias que os membros de eleição descritos no documento, terem sido nomeados democraticamente.-----

---- O sr. João Ferro, no seguimento do assunto relativo ao Loteamento do Barreiro, em Sarnadas de Ródão, esclarece que a comissão administrativa continua a funcionar, não tem é poderes para decidir esta situação, ou seja, para tomar esta decisão, obriga que esta seja tomada em assembleia de sócios, o que neste momento se torna difícil de convocar, porque o inventário destes não está actualizado, mas realmente a forma de resolver este problema, seria formar uma direcção e como neste caso concreto só a respectiva assembleia tem poderes para tomar uma decisão é aí que reside o problema. Mais informa, que foi o último presidente da assembleia desta colectividade e várias vezes se deslocou da sua residência, no Entroncamento, a Sarnadas de Ródão, para se reunir com os sócios, com vista á criação de uma direcção e o que acontecia era que para além dele, aparecia mais um elemento, não sendo assim possível tratar de nada, mantendo-se neste momento este impasse.-----

---- 2- *Apreciação do Relatório de Actividades e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão referente ao ano de 2002:*-----

---- A srª Presidente, informa que estes documentos, que apesar de se reportarem a um determinado comportamento e situação política,

são mais técnicos. Continua, referindo que no que respeita às obras e às respectivas percentagens de execução destas, está disponível, caso o solicitem, para prestar esclarecimento sobre uma ou outra, dando o exemplo de obras que tiverem uma percentagem baixa, nomeadamente a relativa á "Aldeia de Xisto da Foz do Cobre" em que a percentagem de execução é de 29,59%, porque á pouco tempo que foi aprovada a candidatura e só agora se irá começar a trabalhar. No que respeita ao "Passeio Pedestre do Tejo e Ponte do Enxarrique", 17,89%, de execução, devido a que, o primeiro projecto não foi aprovado, estando-se a aguardar uma segunda versão, por isso não se pode avançar com estas obras. No que diz respeito a obras onde a percentagem é elevada, referiu como exemplos, a "Recuperação de envolventes da Srª da Alagada", 97,99%, "Loteamento do Barreiro", 99,94%, "Aquisição de Edifícios para Habitação a Custos Controlados", 92,97%, "Recuperação do Complexo Desportivo", que na altura estava a 44,35% de execução e agora está praticamente a 100%. No que respeita a estradas e entre outras, destaca a "Beneficiação do Caminho Municipal Perdigão/Vale da Figueira/Marmelal/Vilar do Boi", cuja percentagem de execução é de 49,70%, mas que vai agora avançar com o concurso e proceder á adjudicação da obra. Continua referindo-se á introdução que foi distribuída no inicio desta sessão, que apesar de não ser obrigatório, serve para dar uma ideia geral dos documentos, exemplificado o caso da execução do Plano Plurianual de Investimento (POCAL), temos um total geral de execução de 72,05%, que poderá parecer pouco, mas na opinião da srª Presidente, e tendo em conta a comparação com execuções de anos anteriores, onde ainda não havia este rigor orçamental que é neste momento imposto pelo POCAL, é muito bom, apesar de que logicamente, poderia ser melhor,

dando em seguida exemplos das execuções referentes aos anos de 2001-66,49%; 2000-52,93%; 1999-58,98%; 1998-70%, ficando aqui esta informação comparativa de anos anteriores.-----

---- À questão colocada pelo sr. Roma, sobre a rubrica da habitação social em Sarnadas, a sr^a Presidente esclarece que é das rubricas com uma percentagem de execução baixa, porque de acordo com o planeamento desta câmara, foram adquiridos os terrenos em Vila Velha de Ródão, porque se tinha que começar por algum lado, estando neste momento na fase de elaboração de projectos e logo que tudo esteja encaminhado em relação a esta vila, avançar-se-á para Sarnadas de Ródão, antes de qualquer outra freguesia.-----

---- O sr. António Carmona, refere o facto de que desde que é membro desta Assembleia, é a primeira vez que recebe um relatório altamente técnico, o que dificulta a análise do mesmo. Por isso questiona se e apesar de não ser obrigatório, não poderia ter sido enviado com este relatório, uma introdução ou um comentário, como o que foi entregue no inicio desta sessão, que ajudasse a compreender melhor este documento, visto que devido à sua especificidade, se torna a certo ponto, difícil analisar o mesmo.-----

---- A sr^a Presidente responde que apesar de não ser obrigatório e se estiverem de acordo, poder-se-á no futuro efectuar-se um documento introdutório e enviá-lo aos membros desta Assembleia.-----

---- O sr. José António Moreira, concordando com as palavras do membro António Carmona, quanto à dificuldade em analisar este documento, principalmente a quem não está familiarizado com o sector contabilístico, refere que na análise que fez, um pouco por alto e no que se refere à demonstração de resultados, conclui que a câmara municipal teve prejuízo na gestão, mas o que importa saber e analisar são os motivos que levaram a esta situação, o que não é

muito fácil, sabendo de ante mão que as dificuldades são muitas e analisando a introdução ao documento, verifica-se que as receitas cresceram, mas na demonstração de resultados à custos operacionais que são na ordem dos € 300.000,00 (trezentos mil euros), que vem no final do ano a resultar numa situação líquida negativa e por esta razão, deve esta Assembleia ser esclarecida sobre as causas deste prejuízo e em termos futuros tentar, se possível, corrigir as causas do mesmo.-----

---- A Dr^a Fernanda Neves, funcionária desta autarquia na área de economia, esclarece que este resultado líquido negativo, terá que ser sempre compreendido e comparado com as amortizações do exercício e se for consultado o Balanço na parte a que se refere as amortizações, verifica-se que este apresenta um total de amortizações de € 3.446.298,00 (três milhões quatrocentos e quarenta e seis mil duzentos e noventa e oito euros), comparativamente ao resultado líquido do exercício, não fosse este valor de amortizações e a autarquia teria um resultado francamente positivo. Sendo assim, este resultado líquido não será assim tão significativo, apesar de ser negativo, porque comparativamente ao valor das amortizações e temos que ver que estas serão a depreciação de todo o imobilizado, têm as mesmas um peso muito grande na autarquia.-----

---- O sr. Roma, questiona se o aumento do património, ficou-se a dever exclusivamente à reavaliação ou também tem a ver com aquisições, porque houve um aumento muito grande nesta rubrica.----

---- A Dr^a Fernanda Neves, esclarece que o POCAL não permite que sejam efectuadas reavaliações às autarquias, ou seja, não há qualquer tipo de reavaliação. O que acontece é que os bens prós quais não são conhecidos os valores de aquisição ou produção, são

obrigatoriamente avaliados. A comissão que foi constituída, definiu critérios de avaliação no ano de 2002, ou seja, todos os bens, que são sobretudo bens imóveis, foram avaliados no ano de 2002, logo, à data do Balanço Inicial de 2002, só existiam avaliações praticamente de bens móveis, que existiam até 2001, que evidentemente têm um valor pouco significativo, como os valores mais significativos da avaliação são os de bens imóveis, ocorreram durante o ano de 2002, há este acréscimo significativo no Balanço de 2002. Acrescenta, que existem mencionados no documento, bens que ainda estão por avaliar, porque não foi possível até ao final de 2002 proceder à sua avaliação.-----

---- O sr. Paulino, no que respeita à rubrica "Acesso ao Tejo/Fratel" e referente ao valor orçamentado, pois acha uma verba pequena, questiona se esta rubrica se refere à obra que em tempos foi pensada, ou se é referente a outra nova.-----

---- A sr^a Presidente, esclarece que em tempos esteve previsto um acesso ao Tejo, em Fratel e por motivos vários, esta obra não se concretizou. No entanto o actual executivo entendeu que esta é uma obra de grande interesse, primeiro porque é uma obra que irá ter um grande impacto no desenvolvimento não só da zona da estação de caminho de ferro, mas também da própria freguesia de Fratel. Em segundo lugar, porque se justifica a existência de um acesso ao rio nesta margem, visto que na margem oposta esse acesso já existe e as pessoas que visitam a nossa margem ou que queiram ir para a estação, tem que andar sobre pedras e pedregulhos e em terceiro lugar, porque teve esta autarquia conhecimento que a câmara Municipal de Nisa, iria fazer um grande investimento num parque de campismo na zona do "Conhal", justificando assim que quem queira vir de comboio e aceder a esse parque o possa fazer ficando na

estação de Fratel, atravessando em seguida o Tejo para a outra margem, sendo por isso importante que existe um bom acesso ao rio. Finaliza dizendo que pelas razões apresentadas, destacando a maior importância das duas primeiras, tentou este executivo retomar o projecto de à dez anos atrás, só que os serviços técnicos da autarquia informaram e após várias diligências nesse sentido, que não conseguiam entrar em contacto com o técnico que fez esse projecto, desconhecendo-se de momento o seu paradeiro, como tal não pode esta câmara mexer num projecto que foi efectuado por outro técnico. No entanto foi contactado o Engº Coelho Marques, que na altura era o responsável por esta zona, no sentido de obter mais algumas informações, mas concluí-se duas coisas, a primeira é que também este não sabe onde se encontra esse técnico e a segunda é que este projecto era viável antes da electrificação da linha da Beira Baixa, porque devido a estas obras, torna-se mais difícil as obras de acesso ao rio e também a autorização destas por parte da entidade responsável por este sector (REFER). De qualquer forma foi convocada uma reunião que se realizou nesta câmara, com os responsáveis da REFER e da C.P., onde foi solicitado apoio para a resolução deste problema, não só pelas razões atrás mencionadas, mas também no âmbito da Protecção Civil, visto existir uma grande zona que não tem um conveniente acesso ao rio e num caso de necessidade ser muito difícil prestar um auxilio eficaz, facto este que foi referido numa reunião da Protecção Civil efectuada também nesta câmara, justificando-se portanto por todas estas razões, efectuar-se um bom acesso ao rio Tejo nesta freguesia.-----

---- O sr. João Ferro, referindo-se ao ás transferências correntes das despesas, questiona porque é que o Núcleo Benfiquista de Vila Velha de Ródão, recebeu mais dinheiro do que o Núcleo Sportinguista

desta vila.-----

---- A sr^a Presidente explica que a verba a transferir para os dois núcleos é a mesma, como aliás foi acordado com ambos, só que o Núcleo Benfiquista, por qualquer razão, não tinha ainda recebido a verba atribuída pelo anterior executivo, vindo agora a recebê-la.-----

---- À questão colocada pelo sr. João Ferro sobre uma transferência de verba com a denominação de "PRAGA", foi explicado que este era o título de um programa levado a efeito pelo CENTA.-----

---- Não havendo mais intervenções, foi este ponto colocado a votação, sendo aprovado por maioria, com cinco abstenções.-----

--- 3- Proposta de atribuição de Medalha de Honra do Município (Oiro), á Sociedade Filarmónica de Educação e Beneficência de Fratel, pela comemoração do seu 1º Centenário;-----

---- O vereador, sr. Fernando Carmona, impulsor da proposta para atribuição desta medalha, justifica a mesma pelo facto de ser esta, provavelmente, a única colectividade do nosso concelho com esta idade, tendo em conta também os valores culturais envolventes e o espírito associativo.-----

---- Não havendo mais nenhuma intervenção, foi este ponto colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e ovação.-----

---- 4-Informação da Sr^a Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do nº1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro:-----

---- O sr. Roma solicita esclarecimento sobre o Cartão do Idoso, nomeadamente sobre o lançamento das pré-inscrições.-----

---- A sr^a Presidente informa que o Regulamento do Cartão do Idoso e Cartão Social, já foi publicado em Diário da República e já decorreram todos os prazos que estão estipulados na lei, portanto estão estes cartões em condições de ser atribuídos a qualquer

momento. Como tal iniciou-se a pré-inscrição e como quase todas as pessoas solicitam os dois cartões, as candidaturas irão ser analisadas pela comissão a nomear para esse efeito, pensando que em breve poder-se-á iniciar a entrega dos respectivos cartões aos munícipes, cumprindo assim com o que ficou estabelecido.-----

---- O sr. Roma, solicita informação sobre as conclusões emanadas da reunião tida entre a Junta de Freguesia de Fratel e a ACESTRADAS, sobre o problema das paralelas à A-23 e qual a possibilidade de aplicação das mesmas à Freguesia de Sarnadas de Ródão.-----

---- A sr^a Presidente, remete para o Vice-Presidente o esclarecimento sobre este assunto, nomeadamente sobre a proposta apresentada em reunião de câmara e aprovada por unanimidade, relacionada com os caminhos paralelos que vão desde Gardete até ao cruzamento de Alvaiade.-----

---- O Vice-Presidente, esclarece que a situação dos caminhos paralelos tem sido abordada em conjunto pela câmara Municipal, pela Junta de Freguesia de Fratel que no terreno tem um conhecimento mais aprofundado da realidade e das reclamações das populações, com a ACESTRADAS e com a SCUTVIAS, estas por parte das entidades que estão envolvidas na construção da auto-estrada. Desde que esta questão começou a ser tratada, sempre foi dito por estas duas últimas entidades, que iria ser feito um estudo para o restabelecimento de todos os caminhos paralelos. A câmara municipal, desde logo solicitou que quando esse estudo estivesse efectuado, gostaria de ter acesso ao mesmo para análise, antes de ser implementado, porque em conjunto com a Junta de Freguesia de Fratel e como tinham conhecimento das situações no terreno, gostariam de contribuir para que as resoluções adoptadas fossem de

encontro ao ensejo das populações. À poucos dias, foi enviado pela SCUTVIAS, esse estudo respeitante à freguesia de Fratel, foi entretanto marcada uma reunião com esta junta de freguesia e com o projectista e foi percorrido o troço desde o inicio desta freguesia até ao seu términos, tendo sido solicitado ao projectista a realização de algumas alterações ao proposto inicialmente e que este aceitou e entendeu como boas, ficando assim garantido que desde Fratel até Gardete, ficaria a existir um caminho alternativo ao traçado da auto-estrada, pavimentado e com condições para servir estas populações. Existia no entanto, alguma dificuldade junto a Vilar do Boi, devido a condições técnicas adversas e de difícil resolução, mas mais uma vez esta câmara insistiu para a solução deste problema, garantindo o projectista que iria solucionar a ligação entre os dois lados da auto-estrada, com um mínimo de condições e segurança para a população, concluindo que se tudo continuar a correr como até aqui, as populações irão ficar bem servidas.-----

---- O sr. Roma, refere que na informação ser referido o sublanço Castelo Branco Sul/Gardete e o Vice-Presidente ter falado só no troço relativo à freguesia de Fratel, perguntando de quem é que foi a iniciativa ou quem é que promoveu esta reunião e porque é que a Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, que também é uma das altamente prejudicadas, não esteve presente.-----

---- O Vice-Presidente, esclarece que se referiu a esta freguesia porque é a que tem suscitado maiores problemas. No entanto a situação de Sarnadas também tem alguns problemas, nomeadamente na área do "Vale Morgado" e onde várias vezes tinha estado com o Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas e com o director da obra, o Engº Martins de Sousa e era dado quase como certo não haver

solução de passagem, por ser tecnicamente impossível. Mais tarde e em conjunto com o Presidente desta Junta, sugeriu uma alternativa que se pensa viável, que consiste em manter a passagem que neste momento e devido às obras, existe junto aos pilares do viaduto agora em construção e que tem cerca de três metros e tendo em vista que após a abertura da auto-estrada, proceder-se-á à desclassificação do actual IP-2, efectuando para isso as alterações necessárias para efectuar essa ligação. O Presidente da Junta de Freguesia achou que era uma boa ideia, contactando-se assim novamente o director da obra, que em principio disse que não haveria problema em resolver esta situação, ficando na expectativa que este problema também vai ser resolvido. No restante troço, quer na área desta Junta de Freguesia, quer na Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, até à data, não tem conhecimento que exista problemas de maior.-----

---- O sr. Paulino, questiona se uma vez que o IP-2 irá ser desclassificado, se seria possível as localidades que confinam com este, terem acesso directo a esta via.-----

---- O sr. Luís Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, em achega às palavras do Vice-Presidente e nomeadamente em relação ao troço Perdigão/Gardete, porque no traçado da A-23, este seria o único espaço onde algumas partes da antiga estrada nacional, actual IP-2, seriam ocupadas, não deixando alternativas, nomeadamente à parte Sul de Fratel, Vermum e entre a Silveira e Gardete, sendo portanto facultada a hipótese de as populações poderem utilizar o actual IP-2 se este for desclassificado, podendo futuramente e se assim se entender, serem efectuadas ligações directas desta via às diversas localidades limítrofes.-----

---- O sr. Roma, solicita que lhe seja explicado o que é a

elaboração do Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências.-----

---- A sr^a Presidente, esclarece que este Plano está em elaboração e que foi uma proposta feita a esta câmara pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência, proposta esta que foi efectuada á maior parte das câmaras do distrito, havendo algumas que aderiram e outras não. No caso desta autarquia, achou que tinha interesse em aderir, estando a elaborar o Plano de acordo com indicações que são dadas através do I.P.D.T. e quando estiver elaborado poderá traze-lo a esta Assembleia.-----

---- **5-Outros assuntos de interesse para o Município:-----**

---- O sr. Paulino referindo-se ao número de utentes das Piscinas Municipais de Fratel e que já aqui foram referidos em anterior sessão, considerando que perante estes números, estas piscinas têm já uma afluência considerável, solicitando a esta câmara que sejam dadas as condições que esta infra-estrutura merece, nomeadamente ao Bar e à entrada destas e que uma das melhorias possíveis, seria a substituição das árvores existentes, por outras mais frondosas e menos prejudiciais aos envolventes.-----

---- **6-Período de intervenção nos termos do artº 19º do Regimento:-**

---- O sr. Joaquim Caratão, de Fratel, referindo-se ao ponto aqui frisado do "Acesso ao Tejo/Fratel", afirma que muito recentemente esteve com o Engº Coelho Marques e que este se prontificou a contactar elementos da C.P. que têm a possibilidade de resolver o problema deste acesso, não através de um aqueduto existente, mas uma outra alternativa que tecnicamente teria mais vantagens, sendo para isso necessário contactar o Engº Coelho Marques, porque este encontra-se disponível para ir ao local, mostrando-se interessado em que este acesso se faça.-----

